

# Reflexões sôbre a primeira sessão do Vaticano II <sup>1)</sup>

por Manuel Andrés

Estas páginas não serão uma apologia. Freqüente e felizmente, os caminhos de Deus não respondem aos cálculos da nossa prospectiva; fato que suscita, invariavelmente, nossa admiração e nossa fé: quem podia esperar semelhante resultado?

Dos 73 esquemas preparados pelas Comissões preconciárias, apenas se aprovou o preâmbulo e o primeiro capítulo do esquema litúrgico. Os esquemas sôbre os meios de comunicação social e as relações com as Igrejas orientais, foram remetidos às respectivas Comissões para uma reelaboração total. E o esquema dogmático — capital — «Sôbre as fontes da Revelação» foi globalmente rejeitado.

Ora, foi justamente êste momento negativo que, na opinião geral, decidiu a sorte do Vaticano II.

\*

Dias antes do início do concílio, o secretário da Comissão teológica afirmara no Colégio Germânico: «O esquema **De Fontibus Revelationis** está tão perfeito que os bispos não terão que corrigir uma palavra». Sejamos justos. Tal previsão é normal; e julgo que se infiltrou — mais ou menos profundamente — em tôdas as Comissões preparatórias. Grupos de teólogos trabalharam intensamente, consultaram, corrigiram durante meses, formulações teológico-pastorais em matéria da própria especialização. Tal tarefa, certamente, não poderia deixar de ser um alívio para os Padres conciliares. E mesmo — na mais larga previsão dos mais «otimistas» — ter-se-ia uma redução do Concílio aos «placet» episcopais seriados entre uma abertura e um encerramento soleníssimos.

Efetivamente, já de início, as Comissões conciliares, apresentadas pelo Secretariado em lista única, a ser aprovada pelo concílio, coincidiam, quase exatamente, com as Comissões preparatórias. Os cardeais Liénart e Frings, representando os episcopados francês e

---

1) Esta contribuição provém do Colégio Cristo Rei em São Leopoldo. Foi posta à disposição de ESTUDOS TEOLÓGICOS por intermédio do Rev. P. Laufer S.J. Queremos, neste ponto, expressar a nossa gratidão ao autor como ao Colégio Cristo Rei pela valiosa cooperação. — v. Waldow

alemão, propõem um adiamento da votação, que possibilite aos bispos o exame e correção da lista em questão. Sem querer discernir elementos humanos e divinos do concílio, chamaríamos de pentecostal a unanimidade — por parte da assembléia e mesa presidencial — na aceitação da transcendental proposta. Desmentia-se simultaneamente o título jornalístico de «revolta contra a Cúria» dado ao gesto de Liénart. A intervenção do episcopado centro-europeu superava qualquer manifestação de suposto antagonismo. Tratava-se do concílio tomar consciência da responsabilidade dos próprios atos, da universalidade da própria voz, o que concordava plenamente com as orientações iniciais de João XXIII.

De 42 passaram para 61 os países representados nas Comissões, deixando o episcopado italiano de pesar desproporcionadamente à sua importância na Igreja e no concílio. A Igreja universal falaria e teria voto. De 40 a 50 grupos de bispos se reuniram semanalmente, quando menos, para discutir os temas em pauta, ouvir conferencistas especializados, marcar uma orientação comum. Falou-se largamente em dois grupos: conservadores e progressistas. Ora, um relance às listas de votações nos surpreende pelo consentimento maioritário em tôdas as decisões tomadas: uma média de 50 «non placet» contra 2.100 «placet». Talvez, pois, seja mais exato classificar os padres conciliares em direita, esquerda e centro. Classificação fluida que derivou, ao ritmo das Congregações, para um progressismo moderado; tal o caso do episcopado latino-americano. Força assimiladora das diversas tendências extremistas foi o grupo da Europa Central: o episcopado francês com teólogos brilhantes tanto pelo conhecimento profundo da revelação como pela visão atual dos problemas; o episcopado alemão, talvez com maior homogeneidade, corajosamente representado nas intervenções dos cardeais Frings e Döpfner; os belgas, liderados por figuras tão destacadas como o cardeal Suenens e o bispo De Smet; os holandeses com o cardeal Alfrink e os austríacos sob a chefia do cardeal König; finalmente, os suíços, tchecos e alguns grandes nomes da Ásia e África. Os bispos missionários foram, em geral, os propugnadores das reformas mais avançadas, sobretudo litúrgicas.

Vários bispos tinham pedido o primeiro lugar para o esquema litúrgico, o melhor preparado, o mais vivo, mesmo na sala conciliar que cada manhã oferecia aos padres o espetáculo da diversidade do culto cristão. Duas modificações importantes foram introduzidas no texto primitivo do esquema: o reconhecimento da autoridade, em matéria litúrgica, dos bispos reunidos em assembléias territoriais; e mais profundas adaptações litúrgicas nos países de missão. Algo foi se esclarecendo através de debates, de repetições e argumentos massantes em torno à atualização litúrgica: para um grupo — o inspirado na Igreja mais ou menos «instalada» — o esquema litúrgico significa uma legítima concessão à nova corrente provocada pelo movimento litúrgico, ao novo tempo, às exigências dos leigos; para os mais, trata-se de um dever da Igreja que na sua linguagem sacramental se dirige a todos os povos, transparentando a Palavra de salvação. Assim ficava orientada a resposta definitiva do Concílio.

Os surpreendidos pelas divergências bíblico-teológicas, manifestadas no seio do concílio de 14 a 20 de novembro, revelaram-se auentes no processo evolutivo da exegese, desencadeado pela encíclica «**Divino Afflante Spiritu**». É aqui — mais do que na fácil anedota — que os jornalistas teriam encontrado profundos dramatismos.

No fim da 23ª Congregação geral, uma ampla maioria se recusou mesmo a discutir detalhadamente o esquema dogmático «sobre as duas fontes da revelação». Três pontos foram objeto particular das críticas.

Primeiramente, o esquema tende a identificar a revelação com a comunicação de um sistema de verdades abstratas; ora, na realidade, estas são apenas a necessária expressão de um fato vivo, o engajamento de Deus na história como Palavra encarnada. Nesta perspectiva, não seria mais exato falar em uma só fonte, Deus, cuja riqueza nos é comunicada por dois caminhos, Escritura e Igreja? Mais: a Escritura é inicialmente tradição oral primitiva e, posteriormente, «canon» da fé para o próprio magistério eclesiástico. Efetivamente, o novo esquema está sendo elaborado sob o título «**De divina revelatione**».

Em segundo lugar, o esquema deu a impressão de apresentar como doutrina universal a opinião de uma escola teológica. Toda pesquisa ulterior em pontos tão delicados como a inspiração dos hagiógrafos, a historicidade dos evangelhos, a inerrância em matérias profanas, seria excluída por uma determinada posição que pretende identificar-se com a expressão imutável e definitiva da fé da Igreja. O movimento mais vivo da exegese católica utiliza — depurados da sua forma extrema — os métodos da «**Formgeschichte**», que uma brochura do cardeal Bea, antigo Reitor do Instituto Bíblico, resumiu para uso exclusivo dos Padres conciliares. Tais exegetas supõem simplesmente que o Novo Testamento não é uma fita magnetofônica com as palavras de Cristo. O evangelho é pregação viva, doutrina de salvação «histórica» com fatos não necessariamente apresentados na sua ordem cronológica, com estilo pessoal do autor condicionado pela psicologia do auditório a quem se dirige. Brevemente, a exegese católica não quer renunciar a um estudo dos chamados por Pio XII «gêneros literários» do Antigo e Novo Testamento que se situe longe de qualquer imprudência e em oposição às extremas negações de um Bultmann.

Finalmente, falta ao esquema o espírito ecumênico inspirador do concílio. Retomarei, à continuação, alguns pensamentos do bispo de Bruges, De Smet, cuja intervenção — em nome do Secretariado da União — marcou definitivamente os resultados do histórico debate sobre o esquema que comentamos.

«Quais as condições de um esquema — em doutrina e estilo — que visa um melhor diálogo entre católicos e não-católicos?... Durante vários séculos, nós, católicos, julgávamos suficiente a exposição clara da nossa doutrina. E era idêntica a opinião dos não-católicos... Progresso algum foi conseguido em ordem à reconciliação, pelo mé-

todo da «clara verdade»... Nos últimos anos, foi introduzido um novo método: o diálogo ecumênico. Sua preocupação é o modo de exprimir a verdade em ordem a torná-la compreensível.

Ora, não é fácil redigir esquemas em estilo ecumênico: Uma exposição ecumênica deve ser fiel, completa, integral. O diálogo não visa um engano mútuo. Mas quem deseja que sua exposição possa ser compreendida pelos não-católicos:

— precisa considerar a doutrina atual dos ortodoxos e protestantes, conhecer a sua fé, a sua vida litúrgica, a sua teologia; saber a crítica que eles fazem da nossa doutrina, os pontos que julgam mal esclarecidos (doutrina da Palavra de Deus, sacerdócio dos fiéis, liberdade religiosa);

— precisa examinar nossas formulações escolásticas ou escolares, origem freqüente de preconceitos; nossa maneira puramente nocional de pensar, incompreensível para os orientais e tão diversa do estilo bíblico e patrístico;

— cada afirmação deve ser situada no seu contexto, católico ou não;  
— toda polêmica deve ser evitada; qualquer pessoa, respeitada...

Conclusão: Nosso parecer é que, no esquema em questão, falta notavelmente o espírito ecumênico. Não é um progresso senão um obstáculo...»

Não faltaram os defensores convencidos, em geral escrituristamente formados antes da renovação exegetica introduzida por Pio XII. Seus argumentos estão suficientemente indicados na declaração do Secretariado da União. Os observadores não-católicos puderam admirar a inteira liberdade de palavra e opinião, a existência dentro do catolicismo das tensões necessárias à tarefa criadora. É através destes dados humanos que o Espírito de verdade se manifesta. Após a rejeição do esquema, por 1.368 votos, confirmada por João XXIII, uma comissão especial é nomeada para o estudo e apresentação do «novo esquema». Sob a presidência dos cardeais Ottaviani e Bea, encontramos os nomes de Liénart, Frings, Ruffini, Meyer, Lefèbvre, Browne.

Impossível calcular a importância desta decisão conciliar em todas as suas consequências. Inicialmente, a Igreja tem-se recusado à atitude puramente defensiva, tão acentuada na Contra-reforma. Nada teme. Espera, pelo contrário, e procura sinceramente a expressão transparente da Verdade. O Vaticano II encontrou seu caminho.

\* \* \*

Apenas duas reuniões foram dedicadas aos «meios de comunicação social». O esquema apresenta a doutrina da Igreja em esta matéria, a função apostólica de tais meios, normas disciplinares, aplicações... No conjunto, talvez se perdia o centro de perspectiva teológico que teria encaminhado os detalhes: a Igreja não teria apenas «direito» ao uso, senão também o sobretudo «dever» de consagração e

serviço dos homens por meios atuais de comunicação social. Neste sentido foi votada a reelaboração.

O esquema «*Ut omnes unum sint*» referente às Igrejas orientais, apesar de certos valores ecumênicos, conserva orientações centralizadoras, descuidando as relações entre primado papal e colegialidade dos bispos. O tema será integrado, pois, no esquema sobre a Igreja, junto com o projeto especial preparado pelo Secretariado da União.

A 23 de novembro — restavam oito dias — a presidência tinha proposto a discussão do capítulo «*De Beata Maria Virgine*» destacado do esquema sobre a Igreja. Mas a maioria dos Padres não acharam definível a função de Maria no plano da salvação senão à luz de Cristo e em conexão com a Igreja. Assim era o tema da Igreja que deveria ser abordado antes do mais. De fôlego incomum, a exposição mereceu críticas semelhantes às levantadas pelo esquema sobre a revelação: escolar, falta de abertura ecumênica, ausência de base escriturística; identifica-se desconsideradamente o Corpo do Cristo Místico com a Igreja católica visível; os leigos continuam no seu papel passivo; e, sobretudo, o esquema nem menciona o tema cêntrico da colegialidade dos bispos e sua relação com o primado romano. Enquanto ao estilo, De Smet, acusa-o severamente de juridicismo — nada sobre a maternidade da Igreja — e de clericalismo: noção piramidal da cidade de Deus, em que os príncipes são tudo e o povo nada.

Mais positiva e menos violentamente, os cardeais Liénart e Bea, entre outros, chamaram a atenção do Concílio nestes últimos dias para o fato das questões teóricas, já tratadas em concílios anteriores, e dos menores detalhes estarem a ocultar os horizontes de grandes temas que angustiam os homens de hoje. O cardeal Suenens propõe um desenvolvimento do tema Igreja em tríplice articulação: — a Igreja «*ad intra*», no seu mistério e na sua atuação; — ação missionária e relação com todos os cristãos; — Igreja «*ad extra*» em relação com os problemas de hoje: guerra, fome, moral social e internacional. Com vários outros bispos, D. Helder Câmara sugere a organização de um Secretariado para os problemas do mundo moderno. Com particular vibração, o cardeal Lercaro lamenta que esteja ausente dos esquemas a Igreja como «mistério de Cristo entre os pobres»; protesta contra «a evangelização dos pobres como apêndice» e pede que no futuro esquema apareça «o laço ontológico que existe entre o mistério de Cristo nos pobres e outras duas realidades profundas da presença de Cristo na Igreja: a presença eucarística e a presença de Cristo na hierarquia». É a santidade substancial da Igreja que exige da Igreja histórica um exame de consciência e — em boa liturgia — um Confiteor.

Vivemos a fase silenciosa dos nove meses de intervalo, aberta por João XXIII a 6 de dezembro. Trabalha-se em retomar «os princípios gerais» referentes «à Igreja universal, aos cristãos e a inteira família humana». «Uma nova Comissão, presidida pelo cardeal Se-

cretário de Estado e formada por cardeais e bispos — «em representação universal da Igreja», especificou o discurso final — coordenará os trabalhos das comissões particulares, promovendo a conformidade dos esquemas com os objetivos do concílio». Na Comissão Coordenadora figuram Liénart, Döpfner e Suenens.

Refeitos, os novos esquemas serão apresentados ao exame dos bispos «por meio dos presidentes das Conferências episcopais». Tal estudo coletivo dos textos faltou por completo na preparação da primeira sessão. As comissões conciliares corrigirão de novo os esquemas, segundo as observações dos diversos episcopados. No discurso de 8 de dezembro, João XXIII esperava que o concílio poderia acabar, graças ao trabalho de coordenação, no natal de 63, após quatro meses de sessão.

Nossa conclusão é também admirativa: quem podia esperar semelhante resultado? Da multiplicidade de preocupações pequenas, regionais, tímidas, surgiu na primeira sessão do Vaticano II uma perspectiva única e poderosa dos caminhos abertos por Deus à Igreja de hoje. Um encontro consigo própria, com a própria universalidade, era da parte da Igreja condição indispensável da resposta total que ela deve dar a um mundo novo em busca de equilíbrio.